

Ataliba T. de Castilho (São Paulo/Campinas)

Do microcosmo conversacional para a formulação de princípios linguísticos

In this paper, I propose that spoken language provides all necessary evidence for the construction of what I have come to call *multi-systemic approach to language*, a conceptualization of natural language based on the epistemology of complex systems. I begin by investigating the microcosm of conversational interaction in spoken Brazilian Portuguese. Then, I address interactional markers in the context of textual and sentential construction. In a final step, I will put forward a generalization based on conversational strategies that allows to posit linguistic principles.

1 Apresentação

Perguntas sobre a microvariação linguística e suas repercussões nos sistemas linguísticos têm sido formuladas pela Linguística dos sistemas complexos.

A Epistemologia da teoria clássica não faria tais perguntas, pois seu objeto se concentra na descrição de produtos. Para dar conta disso, ela perfilha alguns conceitos tais como:

- (i) O mundo é feito de objetos com propriedades inerentes e relacionamentos fixos.
- (ii) Um conjunto de propriedades define uma categoria.
- (iii) Essas categorias são opositivas, negativas, e dispõem de limites claros: uma entidade pode ser julgada não problematicamente como tendo ou não esses atributos.
- (iv) As entidades que integram determinada categoria são predizíveis.
- (v) As línguas naturais são conjuntos de camadas, dispostas hierarquicamente, identificando-se uma camada central e camadas periféricas, aquelas exercendo determinações sobre estas (cf. Castilho 2009).

Já a Epistemologia dos sistemas complexos investiga os processos linguísticos. A Abordagem multissistêmica, que venho elaborando desde 1998, insere-se nessa direção (cf. Castilho 1998a, 2003, 2007, 2009a, 2009b, 2010; Castilho/Moraes de Castilho 2011). Os seguintes autores têm fundamentado suas pesquisas nessa abordagem: Barreto (2004), Modolo (2006), Simões (2007), Kewitz (2007, 2009), Laura (2013).

O entendimento das línguas naturais como sistemas complexos toma em conta os seguintes postulados:

- (i) Postulado 1: A língua é um conjunto de quatro sistemas, organizados por categorias próprias: Léxico, Semântica, Gramática, Discurso. Esses sistemas funcionam autonomamente, não se postulando sistemas centrais nem sistemas periféricos.

- (ii) Postulado 2: As categorias que configuram esses sistemas são problemáticas, no sentido de não opositivas. Elas são vagas, indeterminadas, ambíguas, polissêmicas, não exclusivas, polifuncionais, operando simultaneamente num mesmo recorte de língua.
- (iii) Postulado 3: Os sistemas linguísticos são administrados por um dispositivo sociocognitivo, baseado nas estratégias conversacionais. A ação desse dispositivo consta de três movimentos cognitivos: ativação, desativação e reativação das categorias que organizam os sistemas. Decorrem desses movimentos os Princípios de projeção, recursão e elipse. Os processos de criação linguística assentam nesses princípios: a lexicalização, a semanticização, a gramaticalização e a discursivização.

Para encaminhar uma resposta à pergunta sobre a microvariação e suas repercussões nos sistemas linguísticos, tomo em conta a abordagem multissistêmica das línguas, expressa pelos postulados acima, hipotetizando que podemos identificar no microcosmo da interação conversacional as marcas da organização do texto e da sentença. Além disso, a descrição da oralidade pode levar-nos à formulação de princípios linguísticos. O estudo da língua falada, portanto, representa um excelente percurso quando se quer investigar os processos de criação linguística. Em síntese, a abordagem multissistêmica restringe-se a entender as línguas naturais como fenômenos sociocognitivos.

Desdobrarei essas propriedades neste artigo, que constará de quatro seções: (i) o microcosmo da interação conversacional e as estratégias conversacionais, (ii) marcas da interação na construção da sentença, (iii) marcas na interação da construção do texto, (iv) dispositivos sociocognitivos fundamentados nas estratégias conversacionais e a formulação de princípios linguísticos.

2 O microcosmo da interação conversacional

A conversação é uma atividade linguística básica. Ela integra as práticas diárias de qualquer cidadão, independentemente de seu nível sociocultural.

Numa conversação, dois ou mais participantes se alternam, discorrendo livremente sobre tópicos propiciados pela vida diária, "fora dos ambientes institucionais como o serviço religioso, as audiências de um tribunal, as salas de aula etc.", como reconhece Levinson (1983, 284).

Autor do primeiro livro em língua portuguesa sobre o assunto, Luiz Antonio Marcuschi (1986, 14) acrescenta que "a conversação é a primeira das formas da linguagem a que estamos expostos e provavelmente a única da qual nunca abdicamos pela vida afora". Uma condição fundamental para que duas ou mais pessoas se engajem numa conversação é que "cada participante reconheça um propósito comum ou um conjunto de propósitos, uma direção mutuamente aceita" (Grice 1982, 86).

Vejam os que se aprende neste recorte de entrevista, em que o Loc. 1, engenheiro, paulistano, 26 anos, conversa com o Loc. 2, psicóloga, paulistana, 23 anos, sobre andar por São Paulo. A transcrição segue os princípios adotados pelo Projeto

NURC, de onde procede essa entrevista. Como se sabe, os diferentes tipos de transcrição constituem a língua falada como objeto de estudos. O trecho a seguir foi transcrito conversacionalmente.

(1) Projeto NURC / São Paulo D2 343

1. Loc. 1 – *tem saído ultimamente... de carro?*
2. Loc. 2 – *tenho... mas você diz sair... fora... sair normalmente para a escola... essas coisas?*
3. Loc. 1 – *pegar a cidade...*
4. Loc. 2 – *tenho saído sim... assim em termos mas eu acho por exemplo::... de sair::...éh::... sabe sair por aí:: descobrir*
- [
5. Loc. 1 – *uhn*
6. Loc. 2 – *lugares novos e tal acho que meu conhecimento de São Paulo é muito restrito se comparar com papai por exemplo...*
7. Loc. 1 – *eu fui::... quinta-feira... não... foi terça-feira à noite fui lá no () né? lá na Celso Furtado*
8. Loc. 2 – *éh::*
9. Loc. 1 – *passei ali em frente à:: Faculdade de Direito... então estava lembrando... que eu ia muito lá quando tinha sete nove anos... (com) a titia sabe? e::... está muito pior a cidade... está... o aspecto dos prédios assim é bem mais sujo... tudo acinzentado né?*
10. Loc 2 – *uhn... poluição né?*

Numa conversação, os falantes se alternam em *turnos*. O turno conversacional é cada segmento produzido por um falante. Houve 10 turnos na transcrição acima. Por essa definição, qualquer emissão de voz é um turno, como em 5 *uhn*, e em 8 *éh::*.

Sacks, Schegloff e Jefferson (1974/2003, 38) identificaram as regras de alternância dos turnos. Quando conversamos, prevemos o momento de nossa entrada na corrente conversacional, pois dispomos de uma "habilidade de projetar o final de um turno e decidir sobre o momento de entrada na corrente da fala".

Ainda segundo esses autores, a conversação encerra dois componentes, a construção dos turnos e a alocação dos turnos, ambas sujeitas ao princípio de projeção interacional. Simplificando bastante as coisas, pode-se reconhecer que as seguintes estratégias assinalam a administração dos turnos: (i) manutenção do turno, (ii) assalto ao turno, (iii) passagem consentida do turno, (iv) sistema de correções, (v) marcação conversacional. Vejamos por alto cada uma dessas estratégias, que detalhei em Castilho (1998a).

- (i) **Manutenção do turno:** para assegurar nosso direito à voz, evitamos as pausas longas, preenchemos o silêncio alongando vogais e consoantes finais, corrigimos alguma coisa que tenhamos dito, repelimos ou incorporamos a correção do interlocutor. No exemplo (1), o alongamento de vogais e de

consoantes finais é assinalado por dois pontos contíguos, o que ocorreu nos turnos 4, 7 e 9. Essas são as estratégias do locutor, ou seja, do falante com direito à voz.

- (ii) Assalto ao turno: para entrar na corrente da fala, assaltamos o turno, (ii.1) interrompendo o locutor, (ii.2) corrigindo-o, numa manobra que ocasiona uma superposição de vozes, como entre os turnos 4 e 5, (ii.3) oferecendo nossa colaboração no desenvolvimento do tema, aproveitando alguma pausa longa que tenha sido produzida pelo interlocutor para entrar na conversação, como nos turnos 3 e 10; essas colaborações são manobras nada inocentes. Essas são as estratégias do interlocutor, que busca para si o direito à voz.
- (iii) Passagem consentida do turno: esta é uma entrada não conflitiva na corrente da fala. O locutor pode nos passar a palavra, através do olhar ou de expressões tais como *e você, o que pensa disso?*. O exemplo (1) não traz exemplos dessa estratégia.
- (iv) Sistema de correções: quando falamos, frequentemente voltamos atrás para corrigir o que foi dito, pois na língua falada coexistem o planejamento e a execução. Corrigimos erros de planejamento, ou seja, corrigimos o rumo da conversação. O sistema de correção é na verdade um alimentador da conversação.

A correção discursiva não é um exercício desinteressado. Ela pode partir do locutor (= autocorreção) ou do interlocutor (= heterocorreção). No primeiro caso, corrigimos alguma estratégia discursiva para abortar o assalto ao nosso turno, prevenindo que se armava uma intervenção. No segundo caso, estamos declaradamente assaltando o turno.

Também promovemos correções discursivas, truncando uma palavra que consideramos inadequada, substituindo-a por outra, negando a palavra já pronunciada por inteiro e substituindo-a por outra, como no turno 7, e parafraseando sintagmas e sentenças, procurando identificar a expressão mais adequada à situação de fala. O sistema de correção evidencia que estamos monitorando o diálogo o tempo todo.

Os turnos podem ser discursivamente independentes ou dependentes entre si, evidenciando neste caso algum tipo de vínculo pragmático. A dependência entre turnos forma os *pares adjacentes*, outra categoria identificada pelos analistas da conversação. Ocorrem pares adjacentes nas situações de pergunta–resposta, como nos turnos 1 e 2, saudação–saudação, reclamação–pedido de desculpas e advertência–aceitação ou recusa da advertência. Quando o primeiro termo desses pares é formulado, espera-se que ocorra o segundo termo.

Os pares adjacentes estão para o Discurso, assim como a relação de dependência sintática está para a Sintaxe, exemplificando um caso de harmonia intersistêmica. A harmonia intersistêmica (também denominada harmonia transcategorial) aponta para a independência ente os sistemas do Léxico, Semântica, Discurso e Gramática, apresentada no postulado 1. Com isto, não estou afirmando que os pares adjacentes são causas da subordinação sentencial, que seriam sua consequência. Nem o contrário disso.

Analistas da conversação observaram que às vezes não ocorre o turno esperado. É esse o caso de um convite não aceito, ou de uma pergunta a que se responde com outra pergunta, e assim por diante. A violação do comportamento linguístico esperado foi denominada *despreferência* por Marcuschi (1986).

- (v) Os marcadores discursivos constituem outra propriedade da conversação. Essas expressões foram bastante estudadas no Brasil entre 1980 e 1990. Anteriormente aos estudos da língua falada documentada por meios eletrônicos, Manuel Said Ali Ida (apud Urbano 1993) foi entre nós o primeiro a analisar e a classificar os marcadores no PB, distinguindo os marcadores linguísticos (verbais e prosódicos) dos marcadores não linguísticos (olhar, riso, expressão corporal). Considerando suas funções e lugar de colocação no enunciado, podemos organizar o seguinte quadro:

MARCADORES INTERPESSOAIS (= orientados para o interlocutor)	MARCADORES IDEACIONAIS (= orientados para o texto)
Iniciais: <i>ah... eh... ahn...</i> <i>olha...</i> <i>e aí, tudo bem?</i> <i>tudo em cima/riba?</i> <i>escuta... vem cá...</i> <i>como você sabe...</i> <i>mas...</i>	Iniciam o tópico: <i>bom...</i> <i>bem...</i> <i>assim...</i> <i>seguinte...</i> <i>por exemplo...</i> <i>e por falar em...</i> <i>quanto a ...</i> <i>você já ouviu a última?</i>
Mediais: <i>...é...</i> <i>...é claro...</i> <i>...exato...</i> <i>...tá...</i> <i>...tô entendendo...</i>	Recusam o tópico: <i>essa não!</i> <i>per aí, sem essa!</i> <i>corta essa!</i> <i>xi:: lá vem você de novo!</i>
Finais: <i>...sabe? sabia?</i> <i>...entende?</i> <i>...compreende?</i> <i>...não é mesmo?</i> <i>...não é? né?</i> <i>...tá?</i> <i>...viu?</i> <i>...pô!</i>	Aceitam o tópico: <i>tá bom...</i> <i>vamos lá...</i> <i>OK...</i> <i>fala...</i> Organizam o tópico: <i>inicialmente...</i> <i>primeiramente...</i> <i>em segundo lugar...</i> <i>em seguida...</i>

	<p><i>e então...</i></p> <p><i>e aí...</i></p> <p><i>agora...</i></p> <p><i>e depois...</i></p> <p><i>outra coisa...</i></p> <p><i>e tem mais...</i></p>
	<p>Operam a mudança de tópico:</p> <p><i>já (em a agricultura vai bem, a indústria se expandiu, já a situação do emprego não acompanhou esse progresso todo.)</i></p>
	<p>Modalizam o tópico:</p> <p><i>sim, mas...</i></p> <p><i>pra mim...</i></p> <p><i>eu acho que...</i></p> <p><i>parece que...</i></p> <p><i>pode ser que...</i></p> <p><i>possivelmente...</i></p> <p><i>provavelmente...</i></p> <p><i>disque... (= dizem que...)</i></p> <p><i>sei lá...</i></p> <p><i>não sei...</i></p> <p><i>de certa maneira...</i></p> <p><i>num certo sentido...</i></p> <p><i>basicamente...</i></p>
	<p>Finalizam o tópico:</p> <p><i>papapa...</i></p> <p><i>e coisa e tal...</i></p> <p><i>valeu...</i></p> <p><i>é isso aí...</i></p> <p><i>falô...</i></p>

Tab. 1: *Marcadores discursivos no PB, segundo Castilho (1998a, 1998b, 1998c)*

Em suma, o planejamento e a execução linguística ocorrem *simultaneamente* na língua falada, o que aponta para outra característica das línguas naturais quando estudadas como sistemas complexos, captada pelo postulado 3 (para um detalhamento maior, ver Castilho 1989, 1998c).

3 Marcas da interação na construção da sentença

Sabemos que as sentenças veiculam diversas propriedades da língua, agrupadas em seus sistemas. Em sua perspectiva discursiva, a sentença é estudada como parte do

texto, não como um objeto autônomo, livre do contexto. Pesquisas sobre a sentença precisam, portanto, ultrapassar suas propriedades gramaticais e semânticas, focalizando seu papel no desenvolvimento do texto.

Os pesquisadores que toparam esse desafio desenvolveram pelo menos três tipos de indagação: (i) sentença e processamento da informação, (ii) sentença e representação dos atos de fala, (iii) sentença e repetição.

3.1 Sentença e ativação: processamento da informação e dos atos de fala

Herman Paul (1880/1920/1970) identificou na sentença a sede do processo informativo da língua. Essa percepção conheceu muitos desdobramentos, sobretudo entre os linguistas da Escola de Praga. As seguintes considerações exploram a perspectiva informacional da sentença:

I. A sentença associa em si dois elementos, o tópico, que é aquilo sobre que o falante quer falar, e o foco, que é aquilo que é dito sobre o tópico (Mathesius 1915, 1929, 1939, 1942, apud Firbaš 1971, 1975; Daneš 1966, 1974a, 1974b, 1995). Esse ponto de vista ficou conhecido como *perspectiva funcional da sentença*, configurando a teoria da articulação tema–rema.

II. "A oração se realiza como unidade comunicativa, bipartindo-se em tema (ou tópico) e rema (ou núcleo, ou comentário, ou foco), ou, ainda, num segmento comunicativamente estático, oposto a um segmento comunicativamente dinâmico" (Ilari ³2004a, 37). Ilari retoma a bipartição tema–rema à página 42, desenvolvendo o assunto da seguinte forma:

toda oração serve para realizar duas ações básicas e irreduzíveis, que descrevemos na linguagem de todos os dias mediante os predicados "falar de" e "dizer que": o primeiro desses predicados captaria o papel de tópico, e o segundo o papel de foco. Toda frase envolveria, em suma, dois "atos de fala", cada um dos quais obedece a condições específicas.

E mais além, na página 178:

conquanto, nessa análise em atos de fala, as duas expressões falar a respeito de e dizer que devam ser consideradas como primitivas (no sentido de que não se deixam definir por outras expressões mais básicas), cabe perguntar que tipo de ação verbal representam: trata-se num caso de uma ação de referência, e no outro, de uma ação de asserção, ou informação.

O objeto de predicação, o segmento comunicativamente estático, o objeto a respeito do qual se fala ou ao qual se faz referência, a ação de referência é o tema. A predicação sobre esse objeto, o segmento comunicativamente dinâmico, a ação de dizer que, a ação de asserção ou informação é o rema.

Numa linha teórica voltada para o que se convencionou chamar *empacotamento semântico* na sentença, Prince (1981) e Chafe (1970/1979, 1987) pesquisaram as relações entre o *status* informacional e a organização sentencial. Eles admitiram, implicitamente, uma correspondência entre elementos de informação e estruturas sintáticas, explorando assim as propriedades discursivas da sentença.

O elemento de informação é um conceito que os falantes têm de um indivíduo, de um estado de coisas, de uma qualidade, e assim por diante. Tal elemento pode estar no foco da consciência dos falantes: neste caso, ele é *ativo*, e pode ser *evocado*. Outro elemento pode ser *inferido* do elemento focal, apresentando-se no texto como *semiativo*, ou *accessível*. Finalmente, há elementos de informação que no início da interação não estão nem ativos nem semiativos na consciência dos falantes, demandando deles um esforço para integrá-los no fluxo da consciência. Tais elementos são informacionalmente *novos*.

Como se pode observar, tais reflexões retomam as distinções formuladas pela teoria da articulação tema–rema, que postulava a língua como uma entidade dinâmica. A noção de dinamicidade vem da intuição segundo a qual o rema sentencial faz avançar o texto (Ilari 2004b). Essas percepções da sentença deram lugar a pesquisas sobre a ordem de figuração de seus constituintes na cadeia da fala.

Observando agora as sentenças do ponto de vista dos atos de fala, nota-se que elas representam atos de fala asseverativos afirmativos (2), asseverativos negativos (3), interrogativos (4) e imperativos (5):

- (2) *O menino estudou a lição.*
- (3) *O menino não estudou a lição.*
- (4) *Menino, você estudou a lição?*
- (5) *Menino, estude a lição!*

A abordagem discursiva dessas sentenças evidencia que nas asseverativas predomina o assunto, nas interrogativas predomina o ouvinte, e nas imperativas predomina o falante. Toda uma tipologia das sentenças pode fundamentar-se nessas propriedades discursivas.

3.2 Sentença e reativação: repetição e organização sintagmática

É bastante sabido que a repetição constitui uma das características marcantes da oralidade. Para além de suas propriedades discursivas, a repetição dispõe igualmente de propriedades gramaticais, pois atua na construção do sintagma e da sentença. Nesta seção, concentro-me nessas propriedades.

Uma série de intuições atravessa os estudos sobre a repetição, e ainda estamos longe de uma síntese. Os princípios sócio-cognitivos situam a repetição num aparato teórico que pode ajudar na busca dessa síntese. No que se segue, concentro-me no papel gramatical da repetição.

Vejam os que se pode aprender, restringindo o campo de observação à repetição de substantivos e de verbos, mesmo quando não fonologicamente representados, e tomando a sentença como o recorte máximo de observação. Adotando agora uma transcrição gramatical, representarei os dados em dois eixos (= transcrição biaxial, recomendada por Blanche-Benveniste 1979), em que M assinala o segmento matriz, e R assinala o segmento repetido, como aparece em (6):

(6) Narração de um desastre, exemplo recolhido de Ramos (1984, 16)

M1	<i>minha tia gritando... eu não podia nem levantar...</i>
R1	<i>minha tia já imaginou o pior e eu não dava vontade de gritar nada...</i>
R2	<i>minha tia em cima de mim... eu não podia nem levantar...</i>
M2	<i>e o desespero que a gente só olhava pros outro...</i>
Paráfrase de M2	<i>todo mundo machucado... todo sujo de sangue...</i>

(7) Outros exemplos de repetição

a) DID SP 18: 65

M	<i>o::</i>	
R	<i>o::</i>	<i>eu não sei bem</i>

b) DID SP 234: 125

M	<i>é</i>	<i>um...</i>	
R1		<i>um...</i>	
R2		<i>uma peça</i>	
R3		<i>um Ø</i>	
R4	<i>mas</i>	<i>essa Ø</i>	<i>tinha tanta molecada</i>

c) DID SP 234

	<i>quando eu ia bem pequeno à fazenda</i>		
M	<i>ai</i>	<i>tinha</i>	<i>café</i>
R		<i>tinha</i>	<i>bastante café</i>

d) D2 POA 291: 25–26

M		<i>peixe</i>	
R1		<i>peixe</i>	<i>aqui no Rio Grande do Sul</i>
R2	<i>eu tenho impressão que se come</i>	<i>peixe</i>	<i>exclusivamente na Semana Santa</i>

e) EF RJ 251: 67

M	<i>a gente não enxerga</i>	<i>por bloqueio</i>	
R		<i>e esse bloqueio</i>	<i>tem de acabar</i>

f) EF RJ 251: 176

M	<i>só depende</i>	<i>da temperatura</i>	
R		<i>mas a temperatura</i>	<i>muda</i>

g) D2 SP 360: 980

M	<i>funciona mal</i>	<i>aquele negócio de...</i>	
R		<i>aquele negócio de limite de idade</i>	<i>funciona muito mal</i>

Uma rápida inspeção nesses exemplos permite logo de entrada verificar a enorme complexidade que envolve a repetição: (i) há repetições contíguas (6) e repetições seguidas de paráfrases; (ii) há repetições idênticas (7a–e) e repetições alteradoras como em (7e–f), em que se reanalisou um sintagma preposicional como um

sintagma nominal, dando origem à sintaxe especular; (iii) o locutor cria estruturas sintáticas a partir das repetições. Vamos focalizar esta última propriedade.

I. Repetição e constituição do sintagma nominal

A repetição está associada à constituição do sintagma nominal na língua falada. Em (7a), ocorreu a elipse do núcleo, abortando-se a organização do sintagma nominal; em (7b), a criação do sintagma nominal começou pelo Especificador; em (7d), agregou-se o Complementador.

Constituintes sentenciais podem ser elididos, e a repetição alteradora está associada a esse mecanismo sintático. Em (7b, R3), o núcleo *peça* é apagado, logo após sua inserção. A elipse pode, portanto, ser considerada como o passo extremo no processo de repetição. Segundo Marcuschi (1988/1991), a elisão de sintagmas repetidos ocorre frequentemente 'da esquerda para a direita', como em:

(8) A repetição no D2 SP 360: 121–126. Exemplo de Marcuschi (1988/1991)

<i>M</i>	<i>não é mais</i>	<i>aquela pessoa</i>	<i>assim admirável</i>	
<i>R1</i>		<i>aquelas pessoas</i>	<i>calmas</i>	
<i>R2</i>		∅	<i>tranquilas</i>	
<i>R3</i>		∅	<i>que dificilmente perdem</i>	<i>a calma</i>
<i>R4</i>		∅	∅ <i>perdem</i>	<i>o controle</i>
<i>R5</i>		∅	∅ <i>falam</i>	
<i>R6</i>		∅	∅ <i>falam pausadamente</i>	

A repetição do substantivo oferece pistas sobre a sintaticização da estrutura funcional da sentença. Levantando exemplos de substantivos repetidos, observa-se que o lugar sentencial que eles ocupam favorece a repetição. Mais, ocorre uma hierarquia funcional que se pode identificar nos substantivos repetidos.

Bessa Neto (1991, 126) e Marcuschi (1992, 124) constataram que sintagmas nominais situados à direita do verbo são mais repetidos do que aqueles à esquerda do verbo. No primeiro desses trabalhos, reconhece-se que

- (1) os itens lexicais repetidos ocorrem sempre em posição pós-verbal;
- (2) o verbo a que se seguem é predominantemente transitivo;
- (3) pertencem predominantemente à classe dos substantivos;
- (4) desempenham predominantemente a função sintática de objeto;
- (5) recobrem predominantemente referentes inanimados, e
- (6) ocorrem predominantemente num conjunto que abriga mais de duas orações.

Andei lidando com isso, e meus dados confirmam essa tendência, de motivação funcional interessante, pois mostram a relevância do rema propriamente dito no interior da sentença. Essa constatação permite afirmar que a repetição é inversamente proporcional às rupturas da adjacência, vale dizer, à inserção de expressões entre o predicador e seus argumentos, descritas por Tarallo (1990, esp. pág. 47). Esses autores comprovaram que há maior frequência de rupturas no espaço entre o sujeito e o verbo, e menor frequência no espaço entre o verbo e objeto direto, e entre este e o complemento preposicionado. Pode-se concluir que a baixa densidade informativa própria ao tema sentencial favorece a interrupção, ao passo que a alta densidade informativa própria ao rema sentencial favorece a repetição.

A repetição dos substantivos *trem*, *poluição*, *Ipanema* e *química* no exemplo a seguir documenta o processo de reanálise da função sentencial, frequentemente associado à gramaticalização.

(9) Mais exemplos de repetição

a) D2 SP 255: 239–257

<i>Olha</i>		
<i>M</i>	<i>trem</i>	
<i>R1 eu sou fã</i>	<i>de trem</i>	
<i>R2 eu acho</i>	<i>trem</i>	<i>assim...</i>
<i>R3 eu escolheria</i>	<i>o trem</i>	
<i>R4</i>	<i>no trem</i>	<i>eu acho que há o repouso integral</i>
<i>R5</i>	<i>o trem</i>	<i>não tem mobilidade</i>
<i>R6</i>	<i>o trem</i>	<i>é mais estável</i>
<i>R7</i>	<i>o trem</i>	<i>tem a vantagem sobre o avião</i>
<i>R8 eu vou tomar</i>	<i>o trem</i>	
<i>R9 uma viagem</i>	<i>por trem</i>	<i>sempre repousou</i>

b) D2 SP 343: 142–155

<i>M por exemplo</i>	<i>poluição</i>	
<i>R1 agora todo mundo fala</i>	<i>poluição</i>	
<i>R2</i>	<i>poluição</i>	
<i>R3 o controle não dá para haver controle</i>	<i>de poluição</i>	
(.....)	(.....)	(.....)
<i>R4 quer dizer</i>	<i>poluição</i>	<i>visual... auditiva</i>

c) D2 RJ 147: 327–332

<i>M L2 – vamos dizer</i>	<i>Ipanema...</i>	<i>então há um status de sociedade</i>
(.....)	(.....)	(.....)
<i>R1 L1 mas se bem que</i>	<i>de Ipanema</i>	
<i>R2 L2 não... não é só</i>	<i>Ipanema...</i>	<i>Copacabana... não</i>
<i>R3</i>	<i>Ipanema...</i>	
<i>R4 acho que o problema que tem</i>	<i>em Ipanema</i>	<i>é problemas que...</i>

d) LPVII 1996, exemplo recolhido pela aluna Andréa Mendes

<i>M</i>	<i>Química</i>	
<i>R1 professor</i>	<i>de Química</i>	<i>não tem</i>
<i>R2 não tem</i>	<i>Química</i>	
<i>R3</i>	<i>de Química</i>	<i>não tem professor</i>
<i>R4 o cara que gosta</i>	<i>de Química</i>	
<i>R5 fazer o curso</i>	<i>de Química</i>	
<i>R6 o cara quando quer fazer</i>	<i>Química</i>	
<i>R7 eles já trabalham</i>	<i>em Química</i>	<i>né?</i>
<i>R8 já fizeram curso na OSI lá</i>	<i>de Química</i>	<i>não sei</i>
<i>R9 acho que é na OSI que faz curso</i>	<i>de Química</i>	<i>sei lá</i>

A repetição alteradora de substantivos ilustra o postulado da reanálise, e, assim, uma construção de tópico, quando repetida, passa a exibir um papel temático e um estatuto argumental de que não dispunha antes. Em (9d), a construção de tópico *Química* assume sucessivamente a categoria de adjunto de *professor* em R1, argumento único do verbo *ter* em R2, complemento oblíquo de *gostar* em R4, e assim por diante. Em (8a), a construção de tópico *trem* vai sendo recategorizada à medida que se repete: adjunto em R1, objeto direto em R2 e em R3, de novo adjunto em R4, sujeito em R5, R6 e R7, de novo objeto direto em R8 e adjunto em R9.

Esses exemplos atestam o dinamismo de que a língua é feita, mostrando ademais que a repetição alteradora das funções sentenciais exibe um ritmo preferido, configurando a seguinte hierarquia funcional: construção de tópico > argumento interno (OD, OI, OBL) > adjunto > argumento externo > categoria vazia.

II. Repetição e constituição do sintagma verbal

Numa amostra do Projeto NURC, os verbos repetidos se distribuem por 60% de repetições idênticas, contra 40% de repetições alteradoras. Repetindo o verbo, o locutor seleciona o tempo–modo que melhor atenda às suas necessidades discursivas:

(10)

a) (DID SP 18: 30)

	<i>A fazenda</i>	<i>era</i>	
<i>M</i>		<i>tinha</i>	
<i>R</i>		<i>teria</i>	<i>duas partes</i>

b) (D2 SP 343: 75–77) [falando do crescimento desordenado das cidades]

<i>ML1</i>	<i>cidade que não</i>	<i>dá</i>	<i>para ter planejamento</i>
<i>R1 L2</i>		<i>dá</i>	
<i>R2</i>	<i>Daria</i>		<i>né? é que não...</i>

Esses exemplos permitem hipotetizar que, ao produzir as repetições alteradoras, o falante escolhe um ritmo preferido, que vai do modo real para o modo eventual e irreal, portanto, do mais concreto para o mais abstrato.

A repetição da palavra no eixo sintagmático observada por Castro (1994) abre caminho à identificação das nominalizações, ligadas também à repetição:

(11) D2 SP 343: 454–458

<i>M1</i>	<i>chega</i>	<i>imigrante</i>
<i>R1</i>	<i>chega</i>	<i>imigrante</i>
<i>R2</i>	<i>chega</i>	<i>imigrante</i>
<i>M2 e</i>	<i>crece</i>	
<i>R1 e</i>	<i>crece</i>	
<i>R2 e</i>	<i>crece</i>	
<i>M3 e ao mesmo tempo houve</i>	<i>o crescimento</i>	<i>das vias de circulação</i>
<i>R1 dentro da cidade não acompanha</i>	<i>esse crescimento</i>	<i>da população</i>

Deixando de lado o efeito discursivo de ênfase, vê-se em (11) que o verbo repetido se nominaliza, alterando o processo de construção sentencial. Com isso, de um esquema verbal estruturado por *crece* nos movimentamos para um esquema nominal estruturado por *crescimento*.

A repetição do verbo evidencia que na constituição das perífrases há um ritmo que vai de verbo pleno para verbo auxiliar, como em (12a), de auxiliar para pleno em (12b), ou de pleno para auxiliado em (12c). À semelhança da constituição das sentenças, encontramos igualmente aqui a "procura", por assim dizer, de uma classe por outra, que se recategoriza e dá origem às estruturas gramaticais:

(12)

a)

<i>M</i>	<i>como é que</i>	<i>pode</i>		
<i>R</i>	<i>como é que</i>	<i>pode</i>	<i>ter</i>	
			<i>ter tido</i>	<i>idades</i>

b)

<i>M</i>	<i>ia fazer</i>	<i>uma pesquisa de arquivo</i>
<i>R</i>	<i>ia</i>	<i>até o arquivo</i>

c) D2 SP 343: 104–105

<i>M</i>	<i>esse negócio</i>	<i>se repete</i>	
<i>R</i>	<i>ou</i>	<i>acaba se repetindo</i>	<i>em qualquer cidade</i>

Finalmente, há curiosas ocorrências em que verbos e substantivos se alternam aos pares, como em:

(13) LPVII,1996, exemplo recolhido por Andréa Mendes

teve livros
que eu caí na besteira de comprar
mas teve livros
que eu caí na besteira de comprar
e eu notei o seguinte
caí na besteira
porque os livros nunca mais abri

O esquema formal encontrado no exemplo (13) equivale ao das canções paralelísticas medievais portuguesas, como esta, de Martin Soares, recolhida sob número 974 no *Cancioneiro da Vaticana*:

(14)

Foy hun dia Lopo jogral
a cas d'un infançon cantar
e mandou-lhe ele por don
dar tres couces na garganta,
e fuy-lh' escasso, a meu cuydar,
segundo como el canta.

*Escasso foy o infançon
em seus couces partir entom,
ca non deu a Lopo enton
mays de tres ena garganta,
e mays mereç'o iogaron,
segundo como el canta*

3.3 Sentença e desativação: as categorias vazias

O estudo das categorias vazias tem merecido muitas pesquisas na linguística brasileira. Para que o leitor tenha uma ideia, bastará consultar Duarte (1995) e Duarte (2018). Inicialmente, achava-se que o sujeito vazio era mais frequente na primeira pessoa, como em *Ø não posso mais ficar aqui*. Posteriormente, associou-se a ocorrência do sujeito nulo a uma morfologia pobre, o que não foi confirmado por Kato, Nascimento et al. (1996). Eles constataram que em apenas 19% de sujeitos na primeira pessoa do singular ocorreu o sujeito nulo. Essa manifestação do sujeito mostrou-se preferida em outras situações, tais como (i) na segunda oração coordenada, (ii) na oração raiz, (iii) na oração dependente, (iv) com verbo inacusativo, (v) com verbo com argumento interno oracional e (vi) com verbo na segunda e terceira pessoas – este, um resultado particularmente inesperado.

Outros estudos demonstraram que a categoria vazia é documentada também no objeto direto, constatando-se a esse respeito uma proporção inversa: quanto mais preenchido o sujeito, mais esvaziado o objeto direto, neste caso, dado o desaparecimento progressivo do clítico acusativo no Português Brasileiro.

4 Marcas da interação na construção do texto

Pesquisas desenvolvidas pelo Projeto de Gramática do Português Falado no Brasil (1988–2006) comprovaram abundantemente a presença de marcas interacionais no processamento do texto e da sentença, mesmo na língua escrita (cf. Abaurre 2013; Alves/Rodrigues 2015; Ilari 2014, 2015; Jubran ²2015; Kato/Nascimento 2015; Neves 2016).

Em Jubran (²2015) encontra-se uma teoria sobre a construção interacional do texto. Interpretando essa teoria, pode-se descrever o texto falado a partir das seguintes categorias processuais:

- (i) Ativação: construção da unidade tópica,
- (ii) Reativação: reformulação do quadro tópico, via repetição e paráfrase,
- (iii) Desativação: descontinuação do quadro tópico, via parentetização e digressão.

Essas categorias foram descritas em Castilho (1998a, capítulo iii, 2010, capítulo 2, seção 2.3) e em Jubran (²2015).

4.1 Ativação: construção da unidade tópica e conectividade textual

Quando damos início a uma interação conversacional produzimos unidades tópicas, integradas na *discursivização*, de acordo com a concepção aqui adotada.

Castilho (1987, 253) define a unidade tópica (ou unidade discursiva) na língua falada como um segmento do texto caracterizado semanticamente por preservar a propriedade de coerência temática da unidade maior, atendo-se como arranjo temático secundário ao processo informativo de um subtema, e formalmente por se compor de um núcleo e de duas margens, sendo facultativa a figuração das margens.

O núcleo da unidade tópica se compõe de uma ou mais sentenças, tematicamente centradas. A margem esquerda é preenchida por marcadores discursivos orientados para a organização do texto, e a margem direita, por marcadores orientados para o interlocutor. Importante destacar que ao mencionarmos essas margens estamos nos referindo à transcrição textual, não a uma execução linear, com começos, meios e fins.

Transcrevendo textualmente o exemplo (1), citado acima, identificam-se as seguintes unidades tópicas, numeradas na primeira coluna:

Unidade tópica	Marcador discursivo orientado para o texto	Sentenças e sintagmas tematicamente centrados	Marcador discursivo orientado para o interlocutor
1	∅	L1. <i>tem saído ultimamente... de carro?</i> L2. <i>tenho...</i> L3. <i>mas você diz sair... fora... sair normalmente para a escola... (a)</i>	(a) <i>essas coisas?</i>
2	∅	L1. <i>pegar a cidade...</i>	∅
3	(i) <i>mas</i> (ii) <i>eu acho</i> (iii) <i>por exemplo::</i> (iv) <i>éh::...</i>	L2. <i>tenho saído sim... (i) (ii) de sair::... (iii) (b) (c) sair por aí:: (iv) descobrir (e)</i>	(b) <i>assim em termos</i> (c) <i>sabe</i> (e) L1. <i>uhn</i>
4	(v) <i>e tal</i>	<i>lugares novos (v)</i>	
5	(vi) <i>por exemplo...</i>	(vi) <i>acho que meu conhecimento de São Paulo é muito restrito se comparar com papai</i>	
6	(vii) <i>éh</i>	L1. (vii) <i>eu fui::... quinta-feira... não... foi terça-feira à noite fui lá no (l) lá (f) na Celso Furtado</i> L2.	(f) <i>né?</i>
7	(viii) <i>então</i>	L1. (viii) <i>passei ali em frente à:: Faculdade de Direito... (j) estava lembrando... que eu ia muito lá quando tinha sete nove anos... (com) a tia e::...</i>	(j) <i>sabe?</i>

8	(viii) e:.... L2. uhn...	(viii) <i>está muito pior a cidade... está... o aspecto dos prédios assim é bem mais sujo... tudo acinzentado</i> (k) <i>poluição</i>	(k) <i>né?</i>
---	---------------------------------	--	----------------

Tab. 2: *Unidades tópicas*

Nesse quadro, enumero na coluna 1 as unidades tópicas, transcrevo na coluna 2 os marcadores discursivos orientados para a organização do texto [= (i)...], na coluna 3 as sentenças tematicamente orientadas, e na coluna 4 os marcadores orientados para o interlocutor [= (a)...]. As colunas 2 e 4 recolhem os constituintes periféricos da unidade tópica, por isso mesmo nem sempre realizados. A coluna 3 recolhe o núcleo da unidade tópica. Essa transcrição representa uma análise textual da conversação transcrita no exemplo (1).

As unidades 1 a 4 são narrativas; elas constituem a *figura* do discurso, ocupada pelos personagens e eventos mais relevantes. As unidades 5 e 8 são dissertativas, e constituem o *fundo* do discurso, ocupado por comentários provocados pelos eventos da figura, ou por descrições do ambiente.

Há uma harmonia intersistêmica entre as categorias de figura do Discurso e da sentença (= estrutura argumental da sentença), de um lado, e as categorias de fundo do Discurso e da sentença (= estrutura adjuncional), no sistema da Gramática. Na língua escrita, o parágrafo é o correlato das unidades tópicas da oralidade.

Vejamos outras características do texto falado. Ao identificar as unidades tópicas, nota-se que elas podem vir ligados por conectivos que ultrapassam obviamente os limites da sentença.

No Quadro 2, unidades 3 e 8, viu-se que as expressões *mas... e...* interligam unidades tópicas. Nesse uso, elas não funcionam como conjunções sentenciais, pois o escopo desses operadores tem uma extensão diferente. Por assim dizer, conjunções sintáticas vão de 'escopinho', enquanto que conectores textuais vão de 'escopão'. Os efeitos de sentido vão acompanhar a extensão do escopo. O *mas* conectivo textual da unidade 3, por exemplo, não é contrajuntivo.

De todo modo, há certos requisitos para que os itens lexicais atuem como conectores textuais. Eles devem ser expressões fóricas, por retomarem o que se disse e anunciarem o que se segue. Uma expressão referencial não reúne as condições para atuar como conectivo. Veja o seguinte exemplo, que transcrevi de forma a pôr em relevo os conectivos textuais, negritando-os:

(15) – Conectivos textuais no D2 REC 05

L1 – *não não não é questão disso não*

mas

realmente a cadeia de supermercados aqui é de de de de de Recife provavelmente é superior a qualquer uma do país...isso vocês podem julgar lá vendo...

mas

não não não é propaganda não é coisa nenhuma

agora

o que eu acho é o seguinte... é que nós temos

L2 – () *problema de saneamento isso é seríssimo*

L1 – *nós temos aquelas aquelas desvantagens de qualquer civilização colocada no trópico...*

mas

como eu dizia há pouco a cada::...vantagem a desvantagem corresponde a uma vantagem também...aqui tem brisa marinha...

então

nós temos os ventos alísios que vêm aqui éh::...soprando aqui perto soprando temos a brisa terral de manhãzinha cedo...o que faz com que a poluição seja um bem mais difícil

L2 – **agora**

Recife tem um problema muito sério é porque em sendo Recife a a maior cidade do Nordeste...há uma convergência

L1 *não Recife é a maior cidade do mundo...porque é aqui que o Capibaribe se encontra com o Beberibe pra formar o Oceano Atlântico*

[

L2 –

eu concordo com você

L1 – ((riu))

L2 – **mas então**

há esse problema

então

a coisa se agrava

Fixando a atenção em *agora*, Risso (1993, 34–35) identificou as seguintes propriedades nesse conectivo textual:

(i) "O conectivo não é desencadeado pela fórmula interrogativa 'quando?'" . De fato, seria impossível interpretar *agora... Recife...* como uma resposta à pergunta *quando?* Logo, não se trata de um adjunto adverbial de tempo.

(ii) O conectivo "não é passível de enquadrar-se como foco de orações clivadas", o que faria dessa forma um constituinte da sentença. Não é possível aceitar **é agora que Recife tem um problema muito sério* que nos levaria a uma paráfrase incongruente com (15).

(iii) As propriedades prosódicas do *agora* de (15) o apartam do adjunto adverbial de tempo: enquanto aquele é separado por pausas e recebe uma entoação descendente, este é dito emparelhadamente com a sentença.

(iv) Seja como conectivo textual, seja como adjunto adverbial de tempo, *agora* preserva sua propriedade semântica de dêixis temporal. No primeiro caso, ele marca um momento do tempo discursivo, dada pela "relação de sucessividade

entre tópicos ou segmentos de tópicos". No segundo, um momento do tempo cronológico, exterior ao tempo do texto.

Ocorrências como essas deram origem a um conjunto de pesquisas, em que se indagou a relação entre os conectivos textuais e as conjunções sentenciais. O primeiro estudo do PB nessa linha foi preparado por Dias de Moraes (1987). Nessas pesquisas, frequentemente as conjunções sentenciais foram consideradas como resultado da gramaticalização dos conectivos textuais. Ou seja, supõe-se que as conjunções venham ao mundo primeiramente como conectivos textuais, e depois se metem adentro das sentenças, transformando-se em conjunções. Sempre o insuficiente entendimento da língua como uma linha! Por que não admitir que tudo isso ocorra ao mesmo tempo, conforme formulado no postulado 2?

4.2 Reativação: a reformulação do quadro tópico, repetição e paráfrase

A reativação das categorias discursivas produz as reformulações no quadro tópico, instrumentada por repetições e paráfrases, que são estratégias conversacionais muito frequentes.

São muitas as estratégias de reformulação tópica, mas vamos focalizar aqui apenas duas: a repetição, de que tratei na seção anterior, e a paráfrase. Falando de um modo geral, repetir e parafrasear é fazer retornar à consideração algum tópico já versado anteriormente. O correlato dessa estratégia no sistema da Semântica é a foricidade. A repetição e a paráfrase se integram no processo discursivo básico de manutenção da interação.

A paráfrase é outro processo constitutivo do texto, consistindo na recorrência de conteúdos. Mas esse termo remete a diversas realidades, assumindo importância até mesmo na argumentação sintática. Fuchs (1982, 49–50) assim definiu a paráfrase: "Transformação progressiva do 'mesmo' (sentido idêntico) no 'outro' (sentido diferente). Para redizer a 'mesma coisa' acaba-se por dizer 'outra coisa', no termo de um processo contínuo de deformações negligenciáveis, imperceptíveis". O paradoxo da paráfrase está nisto: é uma repetição de conteúdos que, precisamente por terem sido repetidos, acrescentaram-se semanticamente e, nesse sentido, mudaram. Não é preciso dizer mais nada para mostrar a importância da paráfrase na manutenção da conversação e na criação do texto. Vejamos este exemplo:

(16), retirado de Hilgert (2006, 290)

M	<i>então a minha de onze anos... ela supervisiona o trabalho dos cinco...</i>
	<i>então ela vê se as gavetas estão em ordem... se o:: material escolar já foi re/arrumado para o dia seguinte... se nenhum:: fez:: arte demais no banheiro... porque às vezes... estão tomando banho e ficam jogando água pela janela</i>
P	<i>quer dizer... é supervisora nata</i>

M = matriz. P = segmento parafraseado

Como se vê no exemplo (16), a paráfrase "tece a macroestrutura de um tópico conversacional, na medida em que mantém a centração tópica" (Hilgert 2006, 284). São muitas as funções da paráfrase no tratamento discursivo do tópico: (i) expansão

vs. redução, (ii) determinação vs. indeterminação, (iii) ênfase vs. atenuação etc. Não examinarei estas questões aqui.

4.3 Desativação: descontinuação do quadro tópico, parentetização e digressão

A construção do quadro tópico alterna-se com sua descontinuação, deixando-o de lado por alguns momentos, nos segmentos parentéticos, ou mesmo encaixando um tópico novo dentro do quadro, nas digressões. As duas estratégias ilustram o fenómeno da *desdiscursivização*, em que propriedades discursivas são desativadas.

Os segmentos parentéticos se constituem de pequenos esclarecimentos, comentários, perguntas, contendo observações rápidas ao tópico em desenvolvimento, que não chegam a comprometer a contração tópica, segundo Jubran (1996, ²2015):

(17), Projeto NURC EF SP 405

*aqui nós só vamos... fazer uma leitura em nível PRE-iconográfico nós vamos reconhecer as formas... então que tipo de formas que nós vamos reconhecer?... nós vamos reconhecer bisontes... ((vozes))... **bisonte é o bisavô... do touro... tem o touro o búfalo:: e o bisonte MAIS lá em cima ainda... nós vamos reconhecer ahn:: cavalos... nós vamos reconhecer veados... sem qual-quer (em nível) conotativo aí... e algumas vezes MULto poucas... alguma figura humana... aí parte... de estatuária que a gente vai reconhecer a figura humana mas é muito raro... neste período...***

Os trechos parentéticos em (17) foram negritados. Jubran (1996, 415) identificou as seguintes marcas formais dos parênteses: (i) pausa inicial e final, (ii) entoação descendente no final, em contraste com a ascendente na retomada tópica, (iii) incompletude sintática do enunciado anterior ao parêntese, (iv) marcas de reintrodução tópica, como *agora, porque*, entre outros. Para uma análise mais fina dos parênteses, ver Jubran (²2015).

Na digressão aprofundamos o processo de descontinuação tópica, inserindo um tópico desviante, como em

(18), Projeto NURC D2 SP 360

L1 – *a outra de nove quer ser bailarina*

L2 – *ahn ahn*

[

L1 – *ela vive dançando ((risos))*

[

L2 – *dançan/ ((risos))*

L1 – *é ela vive dançando a Laura a:: Estela a Laura não se definiu tenho impressão*

[

L2 – *(...)*

L1 – *de que ela vai ser PROMotora...*

L2 – *ah*

L1 – *que ela vive acusando é aquela que...*

[

L2 – *é aquela*

L1 – *toma conta do pessoal ((risos)) oh... agora ah:: – nossa! foi além do que eu... imaginava... o horário (...) não... por causa das crianças na escola –((risos)) agora a Estela vive dançando... e ela quer ser bailarina... (*

Fica bastante claro que no exemplo (18) o tópico 'profissões futuras das filhas' foi interrompido por uma observação sobre o horário. Esse tópico desviante passa a ocupar longamente a atenção das locutoras, na continuação da entrevista, até que se retome o tópico das profissões. Isso mostra uma vez mais que as desativações são seguidas pelas ativações, qualquer que seja o sistema sob análise.

Uma série de marcas formais destaca a digressão do quadro tópico: (i) muda-se o tempo verbal, de presente para pretérito, (ii) pausas separam a digressão do texto maior, (iii) marcadores discursivos podem assinalar que se entrou por um desvio do assunto.

5 Estratégias conversacionais, dispositivos sociocognitivos e postulação de princípios linguísticos

Podemos buscar, agora, uma generalização com base nas estratégias conversacionais, que podem ser resumidas em três movimentos: ativação, reativação e desativação de categorias, detalhando, assim, o postulado 3. O termo *momento* é aqui tomado em seu sentido etimológico de 'movimento', ou seja, movimento mental. Como vimos, a Abordagem multissistêmica denomina esses momentos de *dispositivo sociocognitivo*.

No sistema do Léxico, teríamos, respectivamente:

- (i) Ativação: criação das palavras,
- (ii) Reativação: relexicalização por derivação e composição, e
- (iii) Desativação: deslexicalização, que é a morte das palavras.

No sistema da Semântica,

- (i) Ativação: criação dos sentidos, via representação das categorias cognitivas.
- (ii) Reativação: ressemanticizações, via metáfora e metonímia.
- (iii) Desativação: dessemanticizações, via desaparecimento de um campo semântico (cf. Stengaard 1991).

No sistema do Discurso, esse dispositivo opera assim:

- (i) Ativação de categorias: manutenção dos turnos na conversação, construção da unidade tópica no texto, construção da sentença.
- (ii) Reativação de categorias: sistema de correção na conversação, repetição e paráfrase no texto, repetição e construção de sintagmas e da sentença.
- (iii) Desativação de categorias: despreferências na conversação, parentetização e digressão no texto, elipses na sentença.

No sistema da Gramática, esses postulados respondem pela construção do sintagma e da sentença; neste caso, temos o seguinte:

- (i) Ativação: projeção dos argumentos sentenciais.
- (ii) Reativação: repetição e redobramento de categorias.
- (iii) Desativação: elipse de constituintes.

Numa nova generalização, verifiquei que o dispositivo sociocognitivo de ativação/reactivação/desativação de propriedades fundamenta os princípios gerais que ordenam os sistemas linguísticos das línguas naturais. Postularei, então, que os princípios gerais de Projeção, Recursão e Elipse correspondem a generalizações do dispositivo sociocognitivo.

Vejamos rapidamente o que resulta da operação desses princípios numa língua como o PB.

5.1 Princípio de projeção

O termo *projeção* deriva de *projetar*, e será aqui utilizado no seu sentido corrente de (i) 'ato ou efeito de arremessar, jogar algo para algum lugar', (ii) 'calcular antecipadamente uma situação futura', (iii) 'perceber um objeto mental como algo espacial e sensivelmente objetivo'.

O Princípio de projeção aplica-se a todos os sistemas linguísticos, embora seja mais conhecido em sua atuação na Gramática (cf. Castilho 2012). Uma dada expressão (*projetora*, *operadora*) aplica-se sobre outra (*receptora*, *escopo*), atribuindo-lhe categorias lexicais, gramaticais, semânticas e discursivas. Sendo um princípio linguístico, sua atuação ultrapassa o sistema da gramatical, atingindo todos os sistemas, como demonstraremos sumariamente a seguir.

I. Projeção lexical

A Teoria dos espaços mentais explica como uma palavra projeta outra (cf. Fauconnier 1984/1985). Assim, se menciono *hora do almoço*, essa expressão projetará outras tais como *tipos de comida*, *refeições e seus horários*, etc. Essa teoria se ocupa, igualmente, do que estou chamando aqui de Projeção semântica.

II. Projeção gramatical

Para construir as sentenças, usamos expressões predicadoras (= projetoras, operadoras) que arremessam seus traços lexicais sobre outras expressões (= receptoras, escopo), organizando os argumentos sentenciais, aos quais atribuem (i) casos e papéis temáticos, (ii) uma dada disposição no enunciado. A Gramática tradicional havia identificado em suas linhas gerais esses efeitos da projeção, denominando-os *regência, concordância e colocação*.

Para denominar uma das manifestações gramaticais do Princípio de Projeção, a nomenclatura gramatical escolheu o termo *transitividade*, derivado de TRANSITIVUS, que vem do verbo de ação TRANSIRE 'atravessar, passar, ir além'. Por trás dessa decisão se reconheceu uma das manifestações da categoria cognitiva de MOVIMENTO FICTÍCIO (cf. Talmy 2000).

Entendeu-se que a sentença representa uma sorte de percurso, em que um estado de coisas 'passa' do agente para o paciente, explicação que obviamente só funciona para os verbos de ação. Em face desse entendimento, explicar a transitividade como a propriedade de passar da voz ativa para a voz passiva é restringir sua extensão. Ela é, na verdade, uma das manifestações do Princípio gramatical.

III. Projeção semântica

Para construir os sentidos, movimentamos traços semânticos pelo enunciado, via predicação, metonímia e metáfora. Outras categorias semânticas assentam igualmente no MOVIMENTO de traços, quando atribuímos sentidos (= referenciação) ou propriedades (= predicação), quando retomamos esses sentidos (= foricidade) ou quando os ampliamos (= inferência, pressuposição), e assim por diante.

A Semântica Cognitiva andou arando os campos férteis da projeção, mesmo sem utilizar consistentemente esse termo. Assim, Fauconnier (1984/1985, 1996) sustentou que as estruturas gramaticais fornecem indícios sobre a construção dos espaços mentais, definíveis inicialmente como um conjunto de percepções evocadas diretamente por uma expressão linguística ou pelas situações do discurso, denominadas em seu texto *evocações pragmáticas*. Uma palavra como *escritor*, do domínio da expressão, evoca logo a noção de *livros*, do domínio da evocação pragmaticamente sustentada, o que dá lugar a sentenças do tipo:

- (19) a. *Em seguida sou eu quem provoca um baque surdo no corredor, ao derrubar quatro Camões da prateleira alta.* (Chico Buarque – *O irmão alemão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 32).

isto é,

- b. ... *derrubei quatro livros escritos por Camões.*

Entre a expressão – que funciona como gatilho da evocação – e o espaço mental evocado, situa-se nosso conhecimento de mundo, que opera, então, como uma espécie de 'conector pragmático'. As observações de Fauconnier mostram que

pensamentos altamente elaborados no domínio das ciências, das artes e das literaturas, tanto quanto a compreensão elementar da significação das sentenças produzidas nas situações do dia a dia, são regidas pela projeção (= ing. *mapping*) e pela combinação de espaços mentais. Numa leitura pessoal dessa teoria, direi que ele identificou a atuação do princípio de projeção no sistema da Semântica, de que resulta a criação dos sentidos.

IV. Projeção discursiva

Como vimos na seção anterior, durante uma conversação prevemos nosso momento de entrada na conversação e lançamos nosso turno à roda, projetando-o. Os pesquisadores da Análise da Conversação abriram caminho a uma generalização a que denominei anteriormente *princípio pragmático de projeção* (cf. Castilho 1998a).

5.2 Princípio de recursão

O Princípio de recursão, ou de recursividade, é a possibilidade de "aplicar uma regra repetidas vezes na construção das frases" (Xavier/Mateus 1992, s.v. *recursividade*). O termo tem sido frequentemente usado para retratar a possibilidade de produzir infinitamente expressões encaixadas umas noutras, como é o caso das sentenças adjetivas e dos sintagmas preposicionais, entre outros. Essa percepção tem o defeito de limitar a recursão à Gramática de uma língua, e mesmo assim, apenas às construções encaixadas.

Neste trabalho, pretendo demonstrar que a recursão tem uma extensão maior, pois capta as situações linguísticas em que retomamos o que já foi dito, ou escrito, fazendo recorrer categorias gramaticais (= segmentos de palavras, palavras, sintagmas, sentenças), categorias semânticas (sentidos parafraseados, sentidos que retornam à nossa mente, por foricidade) e categorias discursivas (unidades discursivas parafrásticas). Sem dúvida as categorias gramaticais têm sido as mais pesquisadas do ponto de vista da recursão.

O Princípio de recursão descarta a visão unidirecional das línguas naturais, bastante tematizada pelos pesquisadores da gramaticalização. Segundo esses pesquisadores, os momentos de gramaticalização avançam de um momento A para um momento B, e nunca ao contrário. Considero deficiente essa percepção, concebida talvez via observação do modo como executamos uma língua, seja como uma sequência de sons orais, seja como uma sequência de sinais atirados ao papel. Ora, se a observação se desloca para o modo como criamos uma expressão, constataremos que para ali acodem categorias de vários sistemas, ao mesmo tempo.

Por outro lado, retomando a perspectiva diacrônica dos 'gramaticalizadores', pode-se constatar que a língua retorna sempre sobre si mesma, refazendo interminavelmente seus caminhos, numa espécie de entropia. Basta verificar, por exemplo, como se construiu a preposição *desde*: de *ex* derivou-se *es*; por composição, somou-se a preposição *de* a *ex*, surgindo *des*; repetindo-se esse processo, surgiu *desde*. A expressão B, posterior na linha do tempo, não apagou a expressão A, anterior a ela.

I. Recursão lexical

O tautossilabismo, ou seja, a recorrência da mesma sílaba, dá surgimento a palavras que indicam relação de parentesco, como *papai, mamãe, titio, vovô*, derivadas de *pai, mãe, tio, vô* (de *avô*). Outras evocam a sensualidade (*lepo-lepo, nheco-nheco, pega-pega, treme-treme, rala-rala*), a agitação do dia-a-dia (*lufa-lufa, empurra-empurra*), a conversa sem importância (*lero-lero, blá-blá-blá*), os apelidos (*Juju, Mimi, Dudu, Fafá, Zezé*), e assim por diante (*bangue-bangue, pisca-pisca, bilu-bilu, cri-cri, teco-teco, reco-reco, quero-quero, xique-xique, pingue-pongue*; exemplos de Lauand 2014, 14–15).

A homonímia resulta igualmente da recursão lexical. Segundo Ilari (2002, 103), "palavras homônimas são aquelas que se pronunciam da mesma maneira, mas têm significados distintos e são percebidas como diferentes pelos falantes da língua". Ele dá os seguintes exemplos: *manga* 'fruta', 'parte de certas peças de roupa que cobrem os braços', *banco* 'assento num jardim, numa igreja', 'casa de crédito', etc.

Recursão é, também, a repetição pura e simples de palavras. Na língua falada, a repetição das palavras é um dos processos de criação dos enunciados, seja no sistema gramatical (Castilho 1997), seja no sistema discursivo.

II. Recursão gramatical

A quantidade de expressões gramaticais é imensa, incontável. Entretanto, a estrutura dessas expressões é sempre a mesma. Qualquer que seja sua extensão, repete-se o seguinte esquema:

MARGEM ESQUERDA (ESPECIFICADOR) + NÚCLEO + MARGEM DIREITA (COMPLEMENTIZADOR)

O que distingue as unidades linguísticas é o material com que preenchemos esses lugares estruturais. A recursão gramatical capta essa capacidade das línguas de construir suas estruturas fazendo recorrer a mesma regra de estruturação. No Quadro a seguir, reúno as unidades linguísticas que ilustram esse princípio.

Unidade	Especificador	Núcleo	Complementador
Sílaba	Consoante/semiconsoante	Vogal	Consoante/semiconsoante
Palavra	Prefixo	Radical	Sufixo
Sintagma	Artigo / pronome – V auxiliar /Adv	N– PRO/V/Adj/Adv/ Prep	SP / Sadj / Sentença relativa/Sadv
Sentença	Sujeito	Verbo	Complementos

Tab. 3: A recursão gramatical

Num rápido repertório, nota-se que recorrem:

- (i) flexões, na concordância
- (ii) possessivos (*esta é a sua camisa dele*)
- (iii) expressões de grau, no PB vernacular (*mais maior, mais menor*)
- (iv) preposições (*desde, diante, que provêm de de+ex+de, de + ante*)
- (v) pronomes (*isso eu te falei pra você*)

- (vi) sentenças relativas copadoras (*a casa de que te falei dela foi vendida*)
- (vii) tempos compostos do verbo (*you ir amanhã, tem tido muitos problemas*)
- (viii) negação (*você não vai de jeito nenhum*)
- (ix) argumentos sentenciais (*o menino ele chegou*).

III. Recursão semântica

Os sinônimos exemplificam a recursão semântica, mesmo tendo-se em conta que eles são "palavras de sentido próximo", ou seja, não dispõem de sentido igual (Ilari³2004a, 119). Traços semânticos recorrem nas palavras sinônimas, acompanhados de outros traços.

IV. Recursão discursiva

As unidades tópicas descritas em Castilho (1998) exemplificam o Princípio de recursão discursiva:

Margem esquerda	Núcleo	Margem direita
Marcadores orientados para o interlocutor	Sentenças tematicamente centradas	Marcadores orientados para o texto

Tab. 4: *A recursão discursiva*

Os processos de reformulação, como a repetição, a correção e a paráfrase, constituem modalidades de recursão do tópico discursivo, funcionando na estruturação dos textos: Castilho (2010, 5.2.3.2).

5.3 Princípio de elipse

Em línguas como o PB, podemos omitir certos constituintes, sejam gramaticais, semânticos ou discursivos. Tais omissões foram denominadas *elipses*. A elipse mostra que também significamos quando ficamos em silêncio.

Os primeiros gramáticos gregos notaram que ao omitir uma expressão estamos remetendo, por meio do silêncio, à expressão projetada para figurar naquele lugar do enunciado. A gramática gerativa viria a denominar de *anáfora vazia* esta retomada de uma expressão por meio do silêncio.

Nesta seção, interpretamos a elipse seja como um segmento recuperável, seja como um segmento perdido, em virtude de alterações gramaticais no enunciado.

I. Elipse lexical

Sufixos lexicais podem ser elididos, dando origem às formas regressivas, tais como *satisfa* (por *satisfação*), *proleta* (por *proletário*), *japa* (por *japonês*), *estranja* (por *estrangeiro*), etc. Algumas dessas formas perderam seu impacto, e não são mais percebidas como regressivas, tais como *alinhavo*, *honra*, *ataque* e *prova* (respectivamente de *alinhavão*, *honrar*, *atacar* e *provar*; cf. Elia 1953, s.v. regressivo).

II. Elipse gramatical

No PB, podemos omitir o núcleo de uma sílaba, como em [ants], por *antes*, o morfema flexional da palavra, o verbo da sentença, o argumento do verbo, um sintagma ou toda uma sentença, substituídos nesse caso por prossintagmas e por prossentenças (cf. Castilho 2010, 15.2, 10.2.1.6, 6.5.4, 8.4).

A omissão de segmentos fonológicos de palavras foi bastante estudada pelos neogramáticos, que desenvolveram toda uma terminologia para categorizá-las: *aférese*, se a omissão afetou a primeira sílaba da palavra (como em lat. ATTONITU > port. *tonto*), *sincope*, se a omissão afetou algum segmento medial (como em lat. VIRIDE, DOLORE > port. *verde*, *dor*), *apócope*, se a omissão afetou algum segmento final (como em lat. DOLORE, AMORE > port. *dor*, *amor*).

O Especificador sintagmático pode ser omitido, gerando diferentes interpretações semânticas: cf. *livro* 'um livro qualquer', por *o livro* 'livro já mencionado, já conhecido', *meu livro* 'livro referenciado à primeira pessoa'.

O mesmo pode ocorrer com o Complementador: cf. *Aquele sujeito é um mala*, por *mala sem alça*, 'inútil'; *falou um montão*, por *um montão de asneiras*.

Também o Especificador e o Complementador sentenciais podem ser elididos, criando-se sentenças de sujeito nulo e de argumento interno nulo.

A elipse do núcleo sintático pode ou não demandar a ocorrência de uma classe de substituição. No caso das construções de tópico organizadas por sintagma preposicional não se exige essa classe. Na elipse do substantivo, pronomes podem substituí-los. Na elipse do verbo, proformas os substituem.

III. Elipse semântica

Também os sentidos das expressões podem ser omitidos, sendo então substituídos por outros sentidos, no caso da metáfora, da metonímia da especialização e da generalização do sentido.

Esse tipo de elipse ocasiona a mudança semântica da palavra *sobrevivente*, ou seja, da palavra que foi expressa. A elipse semântica é um correlato da elipse gramatical. Assim, por meio do sintagma nominal *mala sem alça* queremos referir algo inútil, de difícil manejo. Com a elipse do Complementador *sem alça*, já exemplificada acima, organizamos sentenças do tipo *Fulano é uma / um mala*, proposição que designa alguém inútil, de trato difícil. O mesmo ocorre em *Falou um montão de asneiras* → *Falou um montão*.

IV. Elipse discursiva

Através das digressões e dos parênteses, podemos omitir um tópico discursivo que vinha sendo elaborado (cf. Castilho 2010, 5.2.4).

6 Conclusões

Em suma, partindo do microcosmo das estratégias conversacionais podemos chegar ao macrocosmo dos princípios gerais que regem uma língua natural. O seguinte quadro capta os argumentos aqui oferecidos ao debate.

Estratégias conversacionais	Dispositivos sociocognitivos	Marcas da interação na construção da sentença	Marcas da interação na construção do texto	Princípios linguísticos
manutenção dos turnos	ativação	processamento da informação	construção da unidade tópica	Projeção
sistema de correção	reativação	repetição e organização do sintagma	repetição e paráfrase	Recursão
despreferências	desativação	categoria vazia	parentetização e digressão	Elipse

Tab. 5: *Quadro-resumo: das estratégias conversacionais para os princípios linguísticos*

Falta, ainda, comparar a abordagem multissistêmica com outras teorizações da linguagem, aparentemente aparentadas. Os pareceristas que examinaram este texto indagaram se não haveria alguma relação entre abordagem multissistêmica, modularidade e connexionismo.

Acredito que não.

Entendendo a língua como uma propriedade inata, a teoria da modularidade postula que a língua (i) dispõe de sistemas de entrada e saída, que são organizados em módulos dimensionados na mente, ou seja, a mente pode ser composta de estruturas neurais inatas, (ii) dispõe de domínios específicos, por exemplo, o módulo da percepção, que trata unicamente das estruturas sintáticas, não de informações históricas, visuais ou sociais, (iii) exhibe todos os outros sistemas linguísticos, (iv) é suscetível a afasias que afetam a língua, porém não outras funções mentais, (v) os módulos da língua são localizados no cérebro, dispondo de uma base inata.

Tenho dificuldades em postular a língua como uma entidade inata. Prefiro investigá-la como uma realidade sociocognitiva, procurando identificar nessa realidade os princípios que a regem. Por outro lado, a abordagem sistêmica não faz postulações sobre o cérebro e a mente, ocupando-se prioritariamente da língua em seu funcionamento social. Com isto, sou mais sensível aos argumentos dos que desafiam a teoria da modularidade, entre outras razões por não aceitarem as relações entre sintaxe e semântica (cf. Jackendoff 2002, 221).

O connexionismo, por sua vez, propõe análises *top down* ou *down up*, admitindo implicitamente que a língua pode ser representada como linhas agrupadas em camadas, em que se depositam as categorias, sublinhando a "projeção tremendamente complicada entre as informações acústicas e os sentidos" (Jackendoff 2002, 220). Para resolver o impasse, os connexionistas propõem módulos de interface.

Como já disse em outro lugar, a história da Linguística mostra diferentes tentativas de fatiar a língua em sistemas, sempre dispostas em camadas, selecionando-se uma delas para determinar as outras. Os neogramáticos selecionaram a fonética, os

estruturalistas a fonologia, os gerativistas a sintaxe, os funcionalistas ora a semântica, ora o discurso.

Pode-se notar que o raciocínio é sempre o mesmo: fatiar a língua e depois eleger uma das fatias para, por meio dela, explicar as demais. Se bem entendi, o conexio-nismo e a modularidade não escaparam a esse raciocínio.

A abordagem multissistêmica se afasta deliberadamente dessas postulações, pelas razões expostas na seção 1 deste texto.

Bibliografia

- Abaurre, Maria Bernadete M. ed. 2013. *Construção fonológica da palavra*. Gramática do Português Culto Falado no Brasil, vol. VII, São Paulo: Editora Contexto.
- Alves, Ieda Maria/Rodrigues, Ângela Cecília. edd. 2015. *Construção morfológica da palavra*. Gramática do Português Culto Falado no Brasil, vol. VI, São Paulo: Editora Contexto.
- Barreto, Therezinha Maria Mello. 2004. Esboço de estudo multissistêmico do item conjuncional 'conforme', em: Sônia Bastos Borba Costa/Américo Venâncio Lopes Machado Filho (edd.), *Do português arcaico ao português brasileiro*, Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 13–30.
- Bessa Neto, Regina S. 1991. *A repetição lexical em textos narrativos orais e escritos*, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (Dissertação de Mestrado).
- Blanche-Benveniste, Claire et al. 1979. Des grilles pour le français parlé. *Recherches sur le français parlé* 2, 163–205.
- Castilho, Ataliba T. de. 1987. A Elipse do sujeito no português culto falado em São Paulo. *Estudos Linguísticos* 14, 32–40.
- Castilho, Ataliba T. de. 1989. Da análise da conversação para a análise gramatical. *Estudos Linguísticos* 17, 219–226.
- Castilho, Ataliba T. de. 1997. Para uma sintaxe da repetição. Língua falada e gramaticalização. *Língua e Literatura* 22, 293–332.
- Castilho, Ataliba T. de. 1998a. *A Língua falada no ensino do português*, 5ª reimpressão 2014, São Paulo: Editora Contexto.
- Castilho, Ataliba T. de. 1998b. Langue parlée et processus grammaticaux, em: Mireille Bilger/Karel van den Eynde/Françoise Gadet (edd.), *Analyse linguistique et approches de l'oral*. Recueil d'études offert en hommage à Claire Blanche-Benveniste, Paris/Leuven: Peeters, 141–148.
- Castilho, Ataliba T. de. 1998c. Aspectos teóricos de la descripción de la lengua hablada, em: Mario Bernal/Constantino Contreras (edd.), *Por los Caminos del Lenguaje*, Temuco: Ediciones Universidad de La Frontera, 23–37.
- Castilho, Ataliba T. de. 2003. Análise multissistêmica das preposições do eixo transversal no Português Brasileiro, em: Jânia Ramos/Mônica Alckmin (edd.), *Para a história do português brasileiro*, vol. V: Estudos sobre mudança linguística

- e história social, Belo Horizonte: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 53–132.
- Castilho, Ataliba T. de. 2007. Abordagem da língua como um sistema complexo. Contribuições para uma nova Linguística Histórica, em Ataliba T. de Castilho/Maria Aparecida Torres Morais/Ruth E. Vasconcelos Lopes/Sonia Maria Lazzarini Cyrino (edd.), *Descrição, história e aquisição do português brasileiro. Homenagem a Mary A. Kato*, Campinas: Pontes/Fapesp, 329–360.
- Castilho, Ataliba T. de. ed. 2009. *História do português paulista*. Série Estudos, vol. 1, Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp.
- Castilho, Ataliba T. de. 2009a. An Approach to Language as a Complex System. New Issues in Historical Linguistics, em: Vanderci Aguilera (ed.), *Para a história do português brasileiro*. Vol. VII: Vozes, veredas, voragens, Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, tomo 1, 1–44. [Republicado em A. T. de Castilho (ed). 2009: 119–136].
- Castilho, Ataliba T. de. 2009b. Para uma análise multissistêmica das preposições, em: Ataliba T. de Castilho (ed.), *História do português paulista*, Série Estudos, vol. 1, Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 279–332.
- Castilho, Ataliba T. de. 2010. *Nova gramática do português brasileiro*, São Paulo: Editora Contexto.
- Castilho, Ataliba T. de. 2012. Princípio de projeção, em: Adeilson Pinheiro Sedrins et al. (edd.), *Por Amor à Linguística*. Miscelânea de estudos linguísticos dedicados a Maria Denilda Moura, Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 29–64.
- Castilho, Ataliba T. de/Moraes de Castilho, Célia Maria. 2011. Perspectiva multissistêmica da concordância, em: Maria Célia Lima-Hernandes/Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (edd.), *História do português paulista*, Série Ensaaios, vol. 3, São Paulo, 111–132.
- Castro, Vanderson Santana. 1994. Um caso de repetição no português, *Cadernos de Estudos Linguísticos* 27, 85–101.
- Chafe, Wallace. 1970. *Meaning and the Structure of Language*, Chicago: The University of Chicago Press [Tradução para o português: *Significado e estrutura linguística*, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979].
- Chafe, Wallace. 1987. *Properties of Spoken and Written Language*, Berkeley/Washington: Center for the study of writing / US Dept. of Education Resources Information Center.
- Daneš, František. 1966. On Defining the Theme in Functional Sentence Analysis, *Travaux de linguistique de Prague* 1, 225–240.
- Daneš, František. ed. 1974a. *Papers on Functional Sentence Perspective*, Prague/Paris: Academia/Mouton.
- Daneš, František. 1974b. Functional Sentence Perspective and the Organization of the Text, em: František Daneš (ed.), *Papers on Functional Sentence Perspective*, Prague/Paris: Academia/Mouton, 106–128.
- Daneš, František. 1995. A Static View and a Dynamic View on Text and Discourse, *Travaux du cercle linguistique de Prague* 1, 185–199.

- Dias de Moraes, Lygia Corrêa. 1987. *Nexos de coordenação na fala urbana culta de São Paulo*, São Paulo: USP (Tese de Doutorado).
- Duarte, Maria Eugenia Lamoglia. 1995. *A perda do princípio "Evite Pronome" no português brasileiro*, Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Tese de Doutorado).
- Duarte, Maria Eugenia Lamoglia. 2018. O sujeito nulo no português brasileiro, em: Sonia Cyrino/Maria Aparecida Torres Morais (edd.), *Mudança sintática do português brasileiro: perspectiva gerativista*. História do português brasileiro, vol. 6, São Paulo: Editora Contexto, 26–71.
- Elia, Sílvio et al. 1953. *Dicionário gramatical*. Português, Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo.
- Fauconnier, Gilles. 1984. *Espaces mentaux. Aspects de la construction du sens dans les langues naturelles*, Paris: Les Éditions de Minuit [Tradução para o inglês: *Mental Spaces*, Cambridge: The MIT Press, 1985].
- Fauconnier, Gilles. 1996. *Mappings in Thought and Language*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Firbaš, Jan. 1964. On Defining Theme in Functional Sentence Analysis, *Travaux Linguistiques de Prague* 1, 267–280.
- Firbaš, Jan. 1992. *Functional Sentence Perspective in Written and Spoken Communication*, Cambridge/New York: Cambridge University Press.
- Fuchs, Catherine. 1982. *La paraphrase*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Grice, Herbert Paul. 1982. Lógica e conversação, em: Marcelo Dascal (ed.), *Fundamentos metodológicos da linguística*. Vol. IV, Pragmática – problemas, críticas, perspectivas, Campinas: Unicamp, 81–103.
- Hilgert, José Gaston. 2006. Parfraseamento, em: Clélia Cândida Spinardi Jubran/Ingedore Grunfeld Villaça Koch (edd.), *Gramática do português culto falado no Brasil*, vol. I, Construção do texto falado, Campinas: Editora da Unicamp, 275–300.
- Ilari, Rodolfo. 2002. *Introdução ao estudo do léxico*. Brincando com as palavras, São Paulo: Contexto.
- Ilari, Rodolfo. 2004a [1989]. *Linguística românica*, São Paulo: Ática.
- Ilari, Rodolfo. 2004b [1986]. *Perspectiva funcional da frase portuguesa*, Campinas: Editora da Unicamp.
- Ilari, Rodolfo. ed. 2014. *Palavras de classe aberta*. Gramática do português culto falado no Brasil, vol. III, São Paulo: Editora Contexto.
- Ilari, Rodolfo. ed. 2015. *Palavras de classe fechada*. Gramática do português culto falado no Brasil, vol. IV, São Paulo: Editora Contexto.
- Jackendoff, Ray. 2002. *Foundations of Language*, Oxford: Oxford University Press.
- Jubran, Clélia Cândida Spinardi. 1996. Parênteses: propriedades identificadoras, em: Ataliba T. de Castilho/Margarida Basílio (edd.), *Gramática do português falado*, vol. IV, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas/FAPESP, 411–422.

- Jubran, Clélia Cândida Spinardi. ²2015 [2006]. Parentetização, em: Clélia Cândida Spinardi Jubran (ed.), *Gramática do português culto falado no Brasil*, vol. 1, A construção do texto falado, São Paulo: Editora Contexto, 279–332.
- Jubran, Clélia Cândida Spinardi. ed. ²2015 [2006]. *Gramática do português culto falado no Brasil*, vol. I, A construção do texto falado, São Paulo: Editora Contexto.
- Kato, Mary A./Nascimento, Milton do/Nicolau, Eunice/Berlinck, Rosanne/Britto, Helena. 1996. Padrões de predicação no português falado no Brasil, em: Mary Kato (ed.), *Gramática do português falado*, vol. V, Campinas: Fapesp/Editora da Unicamp, 201–274.
- Kato, Mary A./Nascimento, Milton do (edd.). ²2015 [2009]. *Gramática do português culto falado no Brasil*, vol. II, A construção da sentença, São Paulo: Editora Contexto.
- Kewitz, Verena. 2007. *Gramaticalização e semanticização das preposições a e para no Português Brasileiro (sécs. XIX a XX)*. São Paulo: Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado).
- Kewitz, Verena. 2009. Gramaticalização, semanticização e discursivização das preposições *a e para* no Português Brasileiro (sécs. XIX a XX), em: Ataliba T. de Castilho (ed.), *História do português paulista*, Série Estudos, vol. 1, Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 603–736.
- Lauand, Luiz Jean. 2014. A lição do lepo-lepo: brincando, brincando, a repetição pode indicar múltiplas realidades, *Língua Portuguesa* 104, 14–15.
- Laura, Fábio Izaltino. 2013. *Abordagem multissistêmica da marcação de tema no português paulista*, Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Tese de Doutorado).
- Levinson, Stephen. 1983. *Principles of Pragmatics*. New York: Longman [Tradução para o Português: *Pragmática*, São Paulo: Martins Fontes, 2007].
- Marcuschi, Luiz Antonio. 1986. *Análise da conversação*, São Paulo: Ática.
- Marcuschi, Luiz Antonio. 1988/1991. Análise da conversação e análise gramatical, *Boletim da Abralín* 10, 11–34.
- Marcuschi, Luiz Antonio. 1992. *A repetição na língua falada. Formas e funções*, Recife: Universidade Federal de Pernambuco (Tese para concurso de Professor Titular).
- Módo, Marcelo. 2006. A estrutura correlativa alternativa *quer...quer* de uma perspectiva multissistêmica, em: Tânia Lobo/Ilza Ribeiro/Zenaide Carneiro/Norma Almeida (edd.), *Para a história do português brasileiro*, vol. VI, Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 313–334.
- Neves, Maria Helena de Moura. ed. 2016. *Construção das orações complexas*. Gramática do português culto falado no Brasil, vol. V, São Paulo: Editora Contexto.
- Paul, Herman. 1880. *Prinzipien der Sprachgeschichte*, Halle: Max Niemeyer [Tradução para o português: *Princípios fundamentais da história da língua*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970].
- Prince, Ellen. 1981. Toward a Taxonomy of Given–New Information, em: Peter Cole (ed.), *Radical Pragmatics*, New York: Academic Press, 223–256.

- Ramos, Jânia. 1984. *Hipóteses para uma taxonomia das repetições no estilo falado*, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (Dissertação de Mestrado).
- Risso, Mercedes Sanfelice. 1993. 'Agora... o que eu acho é o seguinte': um aspecto da articulação do discurso no português culto falado, em: Ataliba T. de Castilho (ed.), *Gramática do português falado*, vol. III, Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp, 31–60.
- Sacks, Harvey/Schegloff, Emmanuel/Jefferson, Gail. 1974. A Simplest Systematics for the Organization of Turn-Taking for Conversation, *Language* 50, 696–735 [Tradução para o português: Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa, *Veredas. Revista de Estudos Linguísticos* 7 (1), 2003, 9–73].
- Simões, José. 2007. *Sintaticização, discursivização e semanticização das orações de gerúndio no português brasileiro*, São Paulo: USP (Tese de Doutorado).
- Stengaard, Birte. 1991. *Vida y muerte de un campo semántico. Un estudio de la evolución semántica de los verbos latinos stare, sedere e iacere del latín al romance del s. XIII*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag.
- Talmy, Leonard. 2000. *Toward a Cognitive Semantics*, Cambridge: The MIT Press.
- Tarallo, Fernando. 1990. *Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*, São Paulo: Ática.
- Urbano, Hudinilson. 1993. Marcadores conversacionais, em: Dino Preti (ed.), *Análise de textos orais*, São Paulo: FFLCH/USP, 81–102.
- Urbano, Hudinilson. 2006. Marcadores discursivos basicamente interacionais, em: Clélia Cândida Spinardi Jubran/Ingedore Grunfeld Villaça Koch (edd.), *Gramática do português culto falado no Brasil*, vol. I, Campinas: Editora da Unicamp, 497–528.
- Xavier, Maria Francisca/Mateus, Maria Helena. 1990–1992. *Dicionário de termos linguísticos*, 2 volumes, Lisboa: Edições Cosmos/Associação Portuguesa de Linguística/Instituto de Linguística Teórica e Computacional.